

**PENSAMENTO CATÓLICO HUMANISTA DE RUY DE AYRES BELLO:
DEFESA DO PROJETO SOBRE ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS DE
PERNAMBUCO (1935)**

Andrea Carla Agnes e Silva PINTO¹
Universidade de Uberaba – UNIUBE

José Carlos de Souza ARAÚJO²
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Agência Financiadora: CNPq

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar o contexto e a trajetória de vida, bem como as ideias pedagógicas do pernambucano Ruy de Ayres Bello (1904-1997). É uma pesquisa que se propõe metodologicamente a entrecruzar diversas fontes, tais como livros didáticos, jornais, revistas, atas de reunião, leis etc. Esta proposta tem como enfoque a dimensão religiosa católica que esteve presente em sua formação e em sua trajetória de vida como educador, escritor e político. Ainda jovem, quando foi morar em Recife, PE, fez parte da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica (CMMA), uma instituição católica que congregava a elite intelectual e política de Pernambuco, mas também recebia a participação de muitas pessoas com reconhecimento nacional para os debates, cursos, estudos e conferências que eram realizados. Foi criado um departamento dependente da CMMA, vindo a chamar-se União Nacional Católica por Deus e pela Pátria” (U.N.C.D.P). Este departamento se ocupava do combate contra aqueles que queriam impedir o trabalho da recristianização da sociedade, realizado pela Igreja Católica após a Revolução de 1930. Ruy Bello foi eleito, em 1934, ligado à legenda *Pelo Cristianismo Social*, como Deputado da Legislatura (1935-1939). No período do mandato defendeu um projeto da volta do Ensino Religioso como disciplina curricular nas escolas públicas de Pernambuco. Ele dirigiu o jornal oficioso da Arquidiocese *A Tribuna*. Suas idéias pedagógicas apresentam uma demarcação católica.

Palavras-chave: Ruy de Ayres Bello, Pensamento católico, Intelectual

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia-UFU. andreaagnes@doutorado.ufu.br

² Orientador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia/UFU e Docente da Universidade de Uberaba/ UNIUBE. jcaraujo.ufu@gmail.com

Introdução

Os questionamentos presentes na atualidade sobre as opções teóricas entre educadores, pesquisadores e professores dentro e fora do espaço Universitário, e também sobre o nascimento e declínio de Teorias, me fazem adentrar na historiografia da Educação e pensar numa pesquisa histórica que possibilite a reflexão sobre as ideias pedagógicas e o papel dos intelectuais no cenário educacional brasileiro.

O tema *pensamento pedagógico e intelectuais* na História da Educação Brasileira sempre ocupou espaço nas produções da área, sendo que ao longo dos anos foram distintas as formas de apropriação teórico-metodológicas sobre o assunto. Isso significa entender que tradicionalmente se fazia a História das ideias pedagógicas³ focando o olhar para as clássicas teorias de grandes pensadores da Educação, diferentemente de hoje que se contextualiza as variantes que condicionam as ideias, em especial as de teor econômico-pedagógico. O que se observou foi um direcionamento de pesquisa elegendo como categorias de análises os agentes, os projetos, as instituições e sobretudo, as ações sociais presente nas narrativas históricas.

A História da Educação que foi por muito tempo escrita em torno de um ideário e deu discurso pedagógico. Ocupava-se da organização dos sistemas de ensino e, tinha aproximação com a Filosofia da Educação, e centrava sua narrativa no estudo das leis, regulamentos, e obras de grandes pensadores que assumiam muitas vezes a dimensão de pensador educacional e de função do Estado. Vários educadores, escritores de manuais de História da Educação ocuparam cargos públicos e eram militante políticos e/ou religiosos, como foi Ruy e Ayres Bello. Certamente refletirá o jogo de forças de nossa época: social, político ou religioso.

Vieira (2008) coloca em seus estudos a questão de que ainda há lacunas na produção historiográfica que não trás um corpus de trabalho com aprofundamento em reflexões sistemáticas sobre conceitos e teorias sociais capazes de problematizar o papel dos intelectuais no cenário educacional brasileiro.

Diante do exposto nos propomos a investigar a trajetória de vida e a contribuição da formação intelectual de Ruy de Ayres Bello na construção e elaboração de suas ideias pedagógicas e da constituição do sujeito como intelectual, destacando a elaboração do projeto pela volta do ensino religioso nas escolas públicas de Pernambuco.

Ruy de Ayres Bello no Campo Científico da História da Educação

³ Conferir Saviani (2007). História das Ideias Pedagógicas no Brasil.

No caso brasileiro temos um grupo de historiadores que tem se preocupado com a história da História da Educação. Gatti Jr (2007); Faria Filho e Vidal (2003); Nóvoa (1996); entre outros. Uma divisão do percurso histórico em três pertencimentos⁴ expõe a História da Educação da seguinte forma: (1) pela tradição histórica do IHGB; (2) às escolas de formação para o magistério; (3) à produção acadêmica entre os anos 1940 e 1970. Não faremos a escrita destes percursos históricos por ser um tema com uma vasta literatura que merece um texto a parte para enfatizar esta temática.

Faria Filho e Vidal (2003) ao descreverem o segundo pertencimento da História da Educação identificam ser este momento voltado para às escolas de formação para o magistério. Um grupo de educadores brasileiros produziram “manuais escolares” para serem utilizados nas Escolas Normais e Institutos de Educação, na década de 30 a 80 do Século XX.

Como autor publicou entre *Livros técnicos* (todos aqueles destinados ao ensino profissional de formação de professores- Ensino Normal); *Romances*; *Artigos*; *Discursos* e *Memórias*. Também publicou livros com outros autores e alguns autores escreveram livros em sua homenagem⁵.

A ligação do objeto de estudo: o intelectual e suas obras no campo da História da Educação trás um olhar para o que estamos nos apropriando a partir dos estudos sociológicos de Pierre Bourdieu, o conceito de *Campo*. Podemos compreender arrimado em Bourdieu que na sociedade está dividida em campos (literário, artístico, jurídico, científico, outros). Os *campos* são possuidores de regras próprias de inclusão e exclusão. Qualquer ação individual dentro de um campo passa por outras ações possíveis que o campo permite.

O campo é um universo intermediário entre o texto e o contexto quando se busca compreender uma produção cultural (história, literatura, ciências, etc) em um estudo de pesquisa. “Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20). No nosso caso, estaremos lidando diretamente com um campo científico. “Todo campo, o campo científico por exemplo, é um

⁴ Classificação de Faria Filho e Vidal (2003).

⁵ Ruy Bello pode orgulhar-se de constituir um caso à parte. Chega à idade propecta, louvado, festejado, querido. Uma exceção. Sem dúvida, uma honrosa exceção. Explica-se este milagre de comportamento através da maneira incessante e densamente produtiva como chegou ele a esta idade: a escrever livros, livros realmente lidos, que atingiram às 6as, às 8as, 10as edições, como aquela esplêndida “Filosofia da Educação” ou aquela “Pequena (pequena só no nome) História da Educação”, ou obras de evocação como “Barreiros, História de uma cidade” capazes de comover e de encantar homens de sensibilidade de um Câmara Cascudo ou ainda trabalhos de ressurreição de figuras ilustres, mas esquecidas – Estácio, Julio Bello -, biografias onde a pesquisa e o coração andam juntos fazendo a delícia do mais exigente leitor (Academia de Letras e Artes do Nordeste Brasileiro, pp.15-16).

campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (IBID, p. 22-23).

Ruy de Ayres Bello percorreu o campo científico através de seu legado, temos a indagação a respeito de forças que podem ter legitimado ou não as ideias pedagógicas desse intelectual no campo científico da História da educação.

Eleito Deputado Estadual

Ruy Bello pertenceu a uma família de políticos pelo menos até uma geração anterior. Mas declara-se em vários momentos nenhuma inclinação para essa atividade.

Minha primeira impressão da política, como forma de atividade humana, eu a experimentei quando era ainda bem pequeno, aos sete (7) anos de idade. Foi assim uma impressão um tanto ilusória, criada pela minha fantasia infantil, sem fundamento na realidade dos acontecimentos. Era no ano de 1911, quando Pernambuco foi sacudido por uma das mais rumorosas lutas políticas de toda a sua história⁶. Em Barreiros essas lutas foram talvez mais acesas do que em outro qualquer lugar. É que ali se situavam os mais aguerridos redutos da batalha que se travava no Estado pois no município residiam dois dos seus maiores, que eram o meu primo Estácio Coimbra e Ayres Bello, seu tio e meu pai. [...] Era tudo, repito, para a minha sensibilidade e a minha incompreensão e criança, como uma grande festa (BELLO, 1982, p.182-183).

O Major Bello, avô de Ruy por questões de saúde transfere ao filho a chefia do Partido Liberal no Município. Fundando José Mariano o Partido Autonomista, um rebento do Partido Liberal, ao mesmo se filia imediatamente **Ayres Bello** e sob essa bandeira continua combatendo (BELLO, 1982, p.183 – grifos nossos).

Nos seus últimos anos da Faculdade de Direito, sofreu Estácio a influência de amigos, sobretudo de Júlio de Melo, que era seu íntimo, se não estou fazendo confusão, e relegando os vínculos partidários de sua família, filia-se ao Partido Republicano Federal chefiado pelo conselheiro Rosa e Silva (BELLO, 1982, p. 183).

Assim foi conduzida por mais de 15 anos a política de Barreiros por Ayres Bello e Estácio Coimbra. Os conflitos comuns em tempos de perseguição política não fora ausentes na cidade. Perseguições, recolhimentos pela intendência municipal, etc. Ações que levaram

⁶ Ocorrido no dia 5 de novembro de 1911, as disputas eleitorais entre o general Dantas Barreto e o Conselheiro Rosa e Silva. Esse momento político veio a enfraquecer em face das eleições de 1911. O próprio Rosa e Silva elege-se candidato pelo seu partido republicano e os opositoristas escolheram o general Dantas Barreto como adversário. Era Ministro da Guerra e deixa o cargo para disputar a candidatura no Estado de Pernambuco. As lutas políticas dos bastidores das eleições neste período são consideradas uma fase das mais impetuosas da história política de Pernambuco. Por fim, vence o candidato Dantas Barreto pelo reconhecimento do Congresso Estadual nas mãos do general Carlos Pinto.

muitos a ficarem foragidos para não serem presos. No caso de Estácio Coimbra sempre esteve em vantagem política amparado por Rosa e Silva, chefe do Partido Republicano que comandou a política pernambucana durante cerca de 15 anos, a chamada oligarquia rosista⁷.

Como congregado mariano envolveu-se na campanha promovida pela Congregação em favor da permissão do ensino religioso nas escolas públicas⁸, uma vez que não tinha mais vigência a Constituição Federal⁹ que a isso se opunha. Foi daí que se criou a União Nacional Católica por Deus e pela Pátria (U.N.C.D.P): “Sem perda de tempo, todos caímos em campo e esse campo era a imprensa e, sobretudo, as ruas do Recife, de onde irradiaríamos os nossos apelos em comícios que se sucediam uma vez por semana” (BELLO, 1982, p.194).

Houve reações contra a campanha dos Marianos – sendo criada dentre outros a Liga Pró Estado Leigo. Nesse mesmo sentido a Maçonaria. Em uma assembleia pública na sede da Maçonaria no centro de Recife, foram para lá um grupo de congregados Marianos, no meio da reunião da reunião julgaram os Marianos injuriosas as ideias e foi a conta para se estabelecer uma algazarra que se estendeu pelas ruas chegando ao extremo de lutas corporais (BELLO, 1981, p. 196).

A Congregação Mariana era um espaço da intelectual e política de Pernambuco, cujos ‘retiros espirituais’ funcionavam como uma forma de doutrinação junto aos jovens, propagando os dogmas do catolicismo. A imprensa católica afirmava que às Congregações Marianas masculinas estava reservado um papel primacial na regeneração dos nossos costumes. Esperava-se destes ‘novos cruzados’ a restauração dos nossos católicos, a reconstrução do que havia sido ‘destruído pelos 40 anos do laicismo’, enfim, a vivificação da sociedade. Esta ação cruzadista dos congregados marianos começou a ser evidenciada em Recife, já em 1931, quando um grupo – representando as famílias ilustres do Estado – provocou uma arruaça na loja maçônica ‘Conciliação’. O ato de violência e vandalismo foi justificado pelo fato de os maçons estarem fazendo comícios com o objetivo de impedir o ensino religioso nas escolas. Nilo Pereira, então secretário da Congregação Mariana, no seu relatório referente ao ano de 1931, transformou o acontecimento numa epopeia de cristãos versus hereges, justificando o fato de os “heroicos Congregados Marianos” terem irrompido contra os maçons aos gritos de “abaixo o degenerado!”, e terem enviado para o hospital cerca de duzentos maçons (ALMEIDA, 2007, p. 251).

Alega Ruy Bello que foi de Pernambuco, que se partiu a opinião pública nacional que levaria o Presidente Getúlio Vargas a baixar o decreto que permitia o ensino religioso nas escolas oficiais¹⁰.

⁷ Correia de Araújo, Gonçalves Ferreira, Sigismundo Gonçalves e Herculano Bandeira são alguns nomes de governadores rosistas deste período.

⁸ Sobre o tema cf SILVA, 2005 “O espírito de (in)tolerância na república laica: um olhar na formação da(o)s aluna(o)s-mestres da Escola Normal de Pernambuco (1890-1915).

⁹ Em 1981 com a promulgação de uma Constituição no novo regime político, o artigo... a laicização do ensino...

¹⁰ A Liga pró-Estado leigo, a Liga pela liberdade de pensamento se ocupava de reagir contra o movimento dos católicos.

Esse momento da Segunda República do Brasil foi um período de formação no país de correntes de opinião representadas pelos partidos políticos que se foram organizando¹¹. Os católicos se organizaram em âmbito nacional através da Liga Eleitoral Católica¹² (L.E.C.), sob a inspiração do Cardeal Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro¹³.

Ruy Bello foi vogal na LEC de Pernambuco ao lado de Apolônio Sales. A função de presidente ficava com Andrade Bezerra, tendo como Secretário Geral Luiz Delgado, Clodoaldo de Oliveira como Secretário, José Tavares Neto.

Seu mandato em 1934 foi candidato a deputado da 1ª Legislatura (1935-1939) na legenda Pelo Cristianismo Social.

No fim de tudo, alguma coisa se salvou embora muito pouca: a legenda “Pelo Cristianismo Social” conseguiu eleger um deputado à Constituinte do Estado. Pena que o eleito fosse eu [...] A minha vida parlamentar, que não chegou a durar uma legislatura completa, pois foi cassado pelo ‘Estado Novo’ de 1937, decorreu sempre tranquila e até mesmo, socialmente confortadora, pois a assembleia política de que participei, era como já disse, de modo geral, formada por homens dotados do necessário senso de sociabilidade e espírito público (BELLO, 1982, p.213).

Exerceu seu mandato onde participava com assiduidade das sessões na Câmara, envolvendo-se nos debates ou meramente como ele afirma pelo “diletantismo exibicionista” que o cargo lhe permitia. Das Comissões Permanentes na Assembleia Legislativa de Pernambuco: 1ª Executiva 2ª Constituição, Legislação e Justiça 3ª Fazenda, orçamento e contas do Estado, 4ª Instrução e Saúde Pública, 5ª Negócios e Contas Municipais, 6ª Viação, obras públicas, agricultura, comércio e indústria, 7ª Petições, estatística, divisão civil e fixação de força, 8ª Redação de leis, Ruy Bello integrava a 3ª comissão.

Comenta que um dos seus debates mais árduos foi a respeito do preâmbulo da Constituição. O fato de constar o nome de “Deus” suscitou vários debates com justificativas da modernidade, anti-religiosos, etc. No final venceu uma redação da comissão constitucional permanecendo o nome de Deus, mas em outro sentido¹⁴. Para aprovação desse documento Ruy participou ativamente. Foi promulgada a Constituição de Pernambuco e Ruy Bello fez parte do grupo de constituintes de 1935.

¹¹ Partido Autonomista – DF; Partido da Lavoura; Partido progressista – MG; Partido Comunista Brasileiro (existente já há mais de dez anos).

¹² A direção nacional da LEC foi confiada a Tristão de Atayde (Alceu Amoroso Lima).

¹³ Para fortalecer o movimento foram criadas a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922), sob a direção de Jackson de Figueiredo.

¹⁴ Na primeira versão configurava : “Em nome de Deus onipotente, o povo de Pernambuco por seus Representantes, reunidos em Assembleia Constituinte, decreta e promulga a seguinte Constituição pela qual o Estado Federado de Pernambuco se organiza como parte integrante da República dos Estados Unidos do Brasil”. A versão aprovada “Nós, os representantes do povo pernambucano, reunidos em Assembleia Constituinte, confiantes em Deus, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição”.

Era contra as agremiações carnavalescas, pois era, em tese, por princípios e por convicções, contrário ao Carnaval que considero fator de corrupção dos costumes. Questionava o fim da folga dominical para a realização de feiras em vários municípios pernambucanos.

Como o deputado Persivo Cunha apresentara emenda à proposta de ajuda à Federação Carnavalesca de Pernambuco, alguns deputados viram ameaçado o projeto que fortaleceria a entidade como elemento coordenador, de atividade aproveitável, com o objeto de divertir o povo com disciplina.

Ruy Bello, uma voz dissonante e que parecerá triste a este ambiente, votou contra e explicou sua posição: “Votei contra o projeto e devo declarar as razões do meu voto. Feria meus princípios religiosos. Este é o motivo principal do meu voto, que não poderia ser no sentido de o Estado amparar uma instituição e uma praxe que eu condeno como perniciososa.” (FERREIRA, 2001, p.31).

Um outro momento de sua vida parlamentar mostra como ele era intransigente na defesa de suas convicções religiosas: o Governo queria o retorno das feiras e do comércio aos domingos, enviou mensagem à assembleia propondo a revogação da lei que estabelecia o descanso dominical.

Ruy de Ayres Bello mostrou-se contrário, a partir do princípio de que Deus reservou o domingo para descanso do homem, argumento reforçado pelo fato de não dispor de dados suficientes e de questionar as pesquisas que indicavam perdas com o fechamento do comércio no dia dedicado ao descanso. Para reforçar seus argumentos contrários ao fim do descanso dominical, citou artigo que escrevera no jornal A Tribuna relacionando a tentativa de retomar o comércio aos domingos a mais uma ação comunista, como forma de descristianizar o povo: a abolição da prática cristã do descanso dominical em nossos costumes, que se deve principalmente à realização das feiras e do comércio aos domingos, vem descristianizando a alma do nosso povo (FERREIRA, 2001, p.31).

Quase chegou a ser eleito para Governador, por questões de brigas partidárias alguns colegas da Câmara, mas não aceitou a proposta e ele conclui o fato:

Eis como não fui governador do Estado. Mas chamo a atenção para o seguinte: se, naquelas circunstâncias excepcionais, eu tivesse sido guindado a tão elevada posição, nem para Pernambuco nem para mim o acontecimento teria maior consequência, pois o meu governo, ou desgoverno, não teria sequer a duração de um (1) mês, desde que, pouco tempo depois, chegaria a 10 de Novembro com o Estado Novo, que me apearia do cargo, antes mesmo que, praticamente, eu pudesse começar a exercê-lo (BELLO, 1982, p.221).

A Revolução de 30 do Século XX foi um episódio lembrado em vários momentos nas páginas do livro de memórias de Ruy Bello. Ele escreve o falecimento do primo Estácio Coimbra, governador na época:

O corpo de Estácio¹⁵ foi velado na Assembleia Legislativa do Estado, de onde saiu no mesmo dia 9 (nove) para o cemitério de Santo Amaro. De modo que foi ele o penúltimo dos Bellos a sair morto, dali. O último fui eu que sai no dia seguinte, expulso pelo Estado Novo de Getúlio. Mas, ainda bem, que sai vivo. (BELLO, 1982, p. 77 e 80).

O “Estado Novo” que nasceu em 1930 é descrito por Fausto (2008) como distinto do período oligárquico anterior em pelo menos três elementos:

1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. A atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. O papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna (p.327).

Não apenas estes aspectos se sobressaíram como principalmente com o Estado Novo foi responsável por implantar uma ditadura. O governo sob a presidência de Getúlio Vargas, as diretrizes foram apresentadas na Constituição de 1937, outorgada no mesmo dia em que ocorreu o Golpe do Estado Novo.

A centralidade do poder político-administrativo nas mãos do governo é visto pelos historiadores como reprodução dos modelos fascistas¹⁶ que se instaurava em diversos países da Europa. A autora Tânia Luca (2011) elenca um conjunto de temas que tem sido pesquisados deste período representativo da história nacional brasileira, temas mais consagrados e novas abordagens explorando os meios de comunicação e o Departamento de Imprensa e Propaganda¹⁷ criado pelo Estado Novo:

Dentre os temas que contam com ampla e diversificada produção historiográfica, o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) ocupa lugar de Ao lado de abordagens já canônicas – a política econômica e social do período, a relação entre Estado e trabalhadores, o ideário do regime e suas fontes de inspiração, a montagem de truculento aparato repressivo, a política

¹⁵ Faleceu no dia 9 de novembro de 1937.

¹⁶ “A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos e ideias totalitários e autoritários começaram a ganhar força na Europa. Em 1922, Mussolini assumiu o poder na Itália; Stalin foi construindo seu poder absoluto na União Soviética; o nazismo se tornou vitorioso na Alemanha, em 1933. A crise mundial concorreu também para o desprestígio da democracia liberal. [...] No Brasil, surgiram algumas pequenas organizações fascistas na década de 1920. Um movimento expressivo nasceu nos anos 30, quando em outubro de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram em São Paulo a Ação Integralista Brasileira (AIB)” (FAUSTO, 2008, 353).

¹⁷ Criado pelo Decreto Lei 1915 de 27 de dezembro de 1939, regulamentado pelo Decreto Lei 5077 de 29 de dezembro do mesmo ano. Os decretos que criaram e regulamentaram o DIP foram integralmente reproduzidos no Anuário a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Os artigos referidos encontram-se na p.47.

externa – há algumas décadas vem crescendo o interesse pelo seu projeto cultural, cujos contornos tornaram-se mais firmes a partir do golpe de 10 de novembro de 1937, que implantou o Estado Novo. Pesquisas alicerçadas em documentação inédita e arsenal analítico diversificado perscrutaram a propaganda política e o uso dos meios de comunicação de massa então disponíveis (imprensa escrita, rádio e cinema), a trajetória de figuras de proa do regime e os projetos por eles gestados, as propostas educacionais e as instituições culturais organizadas no período, para citar alguns exemplos (p.272).

Luca (2011, p.278) transcreve um quadro de livros sem indicação de autoria e publicados pelo DNP ou DIP. Livros que aparece como suportes para a divulgação da ideologia do período:

Título	Editor	Ano	Acervo
1. <i>Catecismo cívico do Estado Novo</i>	DNP	?[1938]	Tulane
2. <i>O Estado Novo</i>	DNP	1939	Tulane
3. <i>O Brasil dos nossos dias</i>	DIP	1940	Vanderbilt
4. <i>As colônias agrícolas nacionais e a valorização do trabalhador nacional</i>	DIP	1941	Ambos
5. <i>Uma grande data</i>	DIP	1941	Ambos
6. <i>Constitution of the United States of Brazil</i>	DIP	1941	Tulane
7. <i>Facts and information about Brazil</i>	DIP	1942	Vanderbilt
8. <i>O exemplo da América e o exemplo do Brasil</i>	DIP	1942	Tulane
9. <i>Estado Novo. Cinco anos de unidade e ação (1937-1942)</i>	?[DIP ou Imprensa Nacional]	1942	Tulane
10. <i>Paz e guerra. A política exterior dos EUA de 1931 a 1941</i>	DIP e Imprensa Nacional	1943	Vanderbilt
11. <i>Quem foi que fez, quem foi que disse</i>	DIP	Sem data	Vanderbilt

Fonte: LUCA (2011, p.278)

No caso de Pernambuco temos um exemplo da relevância da imprensa na sua missão de doutrinação pesquisado por Almeida (2001). A autora trás um relato da exoneração a pedido feita pelo Secretário do Interior de Pernambuco Arthur Moura. A justificativa foi à vontade de assumir o cargo de diretor do período ‘Folha da Manhã’¹⁸ para como ‘soldado da linha de frente’ defender e propagar a ideologia do Estado Novo.

A ideologia que se teve no Estado Novo cumpriu um papel de doutrinação e controle popular: “Diante disso, era necessário que a Escola constituísse uma grande força

¹⁸ Passou a circular em 21 de novembro de 1937.

socializadora para poder influir na formação da mentalidade infantil, e assim, na mentalidade popular” (ANDRADE¹⁹, 1931).

A educação no Estado Novo segundo indica Saviani (2011) é tratada como questão nacional e são regulamentados os diversos níveis e modalidades de ensino pelo governo central²⁰. É criado o de **Ministério da Educação e Saúde Pública**.

Ainda seguindo Saviani ele apresenta destaque ao Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas. Medida assinada por um escolanovista e o autor questiona como se deu o fato? E ele mesmo compreende:

[...] á época do decreto relativo ao ensino religioso, não se externara, ainda, o conflito entre os católicos e os escolanovistas. Eles participavam, lado a lado, na Associação Brasileira de Educação (ABE). O conflito emergiu no apagar das luzes de 1931, na IV Conferência Nacional de Educação, vindo a consumir-se a ruptura com a publicação do ‘Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova’, no início de 1932 (p.197).

Renovação educacional, finalidades da educação, diretrizes, reformas, o estado, a igreja, a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade, a coeducação, a descentralização, a autonomia, democracia, o social, o rural, o popular, são temáticas que surgem nos debates por todo país²¹.

Projeto de lei versando sobre o ensino religioso no currículo das escolas públicas

Ruy Bello foi autor de um projeto de lei sobre o ensino religioso no currículo das escolas públicas do estado de Pernambuco. Este projeto foi arduamente discutido na sessão de 21 de outubro de 1935. Quando foi lido o parecer nº. 144 em plenária da Comissão de ‘Instrução e Saude Publica’: “tendo em vista o Projecto n.40, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos ao ensino religioso facultativo nas escolas officiaes considera que o referido projecto não satisfaz as exigências do ensino religioso e da legislação vigente, é de parecer que se substitua o mesmo Projecto pelo seguinte:[...]” (ANNAES DA CÂMARA, 1935, p.23).

O debate em torno da modificação do Projeto envolveu alguns Deputados: Costa Pinto, Carlos Rios, Arthur de Moura, Gonzaga Lira, Felix de Sá outros e o seu autor Ruy Bello. A substitutivo do projeto foi assinado por quatro dos sete integrantes da comissão de

¹⁹ “A escola e a formação da mentalidade popular no Brasil - These apresentada ao Concurso da cadeira de Sociologia Educacional da Escola Normal do Estado de Pernambuco pelo Dr. Geraldo de Andrade no ano de 1931.

²⁰ Sobre as reformas educacionais neste período consultar o livro ‘Reformas Educacionais- As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946) (MIGUEL, VIDAL e ARAÚJO, 2011).

²¹ Aprofundaremos o trinômio Estado, Igreja Católica e Educação em outros capítulos

Instrucção Publica e Saúde. Fato acentuado tanto pelo presidente da casa como pelo Ruy Bello alegando não haver consenso para as modificações apontadas. Segue abaixo a explicação de Ruy Bello sobre um dos pontos polêmicos:

O SR RUY . BELLO – Compreendo a intenção de V. Excia. A Palavra ‘integrante’ foi que serviu de pedra de escandalo. Na citação que acabo de fazer essa palavra está escripta com todas as letras. Mas sr. Presidente, a questão neste caso gira apenas em torno de uma simples substituição de palavras, sem grande interesse para o assumpto. Onde eu acho que o meu projecto ficou mais seriamente prejudicado foi na redacção do art. que a Comissão substituiu o pelo seguinte: - ‘o ensino religioso fará parte do horario escolar’. No meu projeto estava: - ‘o ensino religioso será ministrado dentro do horario escolar, em duas aulas por semana, que não poderão durar menos do que as aulas de outras diciplinas’. No art. 3º do substitutivo não se diz quantas vezes vigorará, semanalmente o ensino religioso, como não se fala a duração que deverá ter esse ensino (ANNAES DA CÂMARA, 1935, p.49).

A discussão se prolongou por dezenas de páginas da ata desta sessão. Outro ponto de desacordo foi a sugestão de Ruy Bello de colocar um fiscal nos estabelecimentos, como vemos nesse trecho da Ata:

- O Sr. Costa Pinto: [...] simplesmente entendeu a Comissão que era desnecessaria a actuação de um fiscal nos estabelecimentos de ensino, para verificação da maccha do ensino religioso porque de certo s.excia. o sr. Arcebispo não nomearia um incapaz, um dissidioso para tão elevada missão. Talvez s. excia., fosse mais contra o projecto querendo manter a fiscalização do que a comissão que elimiou no substitutivo.
- O Sr. Ruy Bello – começo dizendo a v.Excia que eu não podia absolutamente ser contrario ao projecto. Primeiro porque é principio constitucional, segundo, v.excia, conhece como toda a Casa quaes os meus sentimentos e convicções a respeito.
- O Sr. Costa Pinto – Que é também meu...
- O Sr. Carlos Rios – Aliás o projecto é para todas as religiões.
- O sr. Pio Guerra (Dirigindo-se ao Sr. Carlos Rios) – v. excia. Descobriu o Brasil.
- O Sr. Carlos Rios – Mas muitas vezes é preciso ter inteligencia para descobrir detalhes.
- O sr. Arthur de Moura – Há também quem não tenha religião nenhuma e portanto não tenha interesse ao projeto.
- O Sr. Carlos Rios Mantenho o meu ponto de vista em these, contrario ao ensino religioso. Agora, como legislador não posso mudar de ponto de vista doutrinário.
- O Sr. Ruy Bello – A discussão agora pe descabida. Não podemos alterar a Constituição Federal, temos de acatá-la.
- O Sr. Costa Pinto – Prosseguindo, Sr. Presidente lembro a s. excia, o Sr. Deputado Ruy Bello que os regimentos internos dos Estabelecimentos secundarios do Estado dão plenos poderes aos directores para que elles fiscalizem, sob diversos aspectos os educarios entregues a sua guarda. Porque então um fiscal especial para as aulas de ensino religioso? Seria Sr. Presidente, uma diminuição para a direcção da Casa e mais uma independencia absoluta do curso de religião, o que não é absolutamente possível.

O Sr. Ruy Bello – Respondo a v. excia, se o director é catholico não saberá si está se processando direito uma aula sobre o protestantismo ou sobre o budhismo. A resposta para mim é tranchant. Não tem autoridade porque não tem competencia sobre o assumpto. É como se um allemão que desconhecesse o portuguez e fosse fiscalizar uma aula desta disciplina.

- O Sr. Costa Pinto – Ainda v. Excia. Não tem razão na sua affirmativa. Não se trata de saber o que o professor sabe religião (sic). A minha these é a seguinte: o professor de religião indicado pela autoridade competente não precisa ser fiscalizado porque naturalmente e no caso não pode haver duas opiniões será um incompetente porque em assumpto tão delicado quanto este, as autoridades religiosas não poderão escolher senão pessoas profundamente versadas na materia e capazes de convencer.

- O Sr. Ruy Bello – Os professores nomeados pelo Secretário da Justiça tem ou não indoneidade?

Mensaes, se deixam os registros nos diarios de classe, se entregam os boletins mensaes, etc, e nunca se o professor está ensinando a sua disciplina certo ou errado.

O sr. Ruy Bello – v. excia, ,figura a hypothese do ensino secundario. E o ensino primario?

O Sr. Costa pinto – o mesmo aos grupos: os diretores são só fiscaes.

O Sr. Ruy Bello – É para que v. excia. Não propõe a supressão dos inspetores de ensino?

Na própria ata se esclarece como se seguiu os animos nessa sessão“Fora trocados varios aportes na sessão e o presidente fez soar os timpanos” (nota na Ata). O ensino religioso²² que foi motivo da discussão foi como já afirmamos neste texto restabelecido pelo Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931. Certamente cada Estado teve que apresentar um projeto de acordo com as diretrizes nacionais.

Considerações Finais

A vida e a obra de Ruy Bello estão centradas na sua fé, no seu apostolado religioso e na sua fidelidade à Igreja. A sua devoção ao catolicismo lhe rendeu a ocupação de cargos em várias instituições religiosas e políticas de Pernambuco. Seu conservadorismo era notado nas defesas que fazia nos jornais e nos discursos que proferia. Ruy foi um divulgador do catolicismo e um importante defensor para que a Igreja fosse vivificada nos espaços sociais e culturais.

Agradecimento

Ao apoio financeiro de bolsa do CNPq.

Referências

²² Cf. PAULY (2004) O dilema epistemológico do ensino religioso. CURY (2004) Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente.

FONTES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ANNAES DA CÂMARA, 1935.

BELLO, Ruy de Ayres, 1904-; Academia Pernambucana de Letras.. Memórias de um professor. Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1982.

FERREIRA, Eduardo. Ruy de Ayres Bello: Do engenho a academia. 1. ed. Recife: Assembléia Legislativa, 2001. 186 p. : il. -- (Perfil Parlamentar. Século XX ; 21).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria das Graças Athayde. A construção da verdade autoritária. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. Por sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

_____. O Poder Simbólico; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

_____. A ilusão biográfica. FERREIRA, M; AMADO, J. In: Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996.

COSTA, Bruno Santos Marones. Agamenon Magalhães e os "Capangas de Deus": A Construção Discursiva de uma Ideologia Patriótico-Religiosa em Pernambuco Durante o Estado Novo. Monografia de Especialização em História Regional do Brasil: Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP, 2004.

FARIA FILHO, Luciano e VIDAL, Diana Gonçalves e (2003). História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. v.23. no. 46. p. 37-70.

GATTI JR., Décio (2007). Percurso histórico e desafios da disciplina História da Educação no Brasil. In: GATTI JR., Décio e PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). *Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação*. Uberlândia/MG. EDUFU. (ISBN 978-85-7078-129-1). p. 99-139.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, 2011, p. 271-296.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, José Carlos de (orgs.) Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas:SP, Autores e Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

NÓVOA, Antonio. História da educação: percursos de uma disciplina. *Análise Psicológica*, Lisboa, n.4, 1996, p. 417-434.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SILVA, Andrea Carla Agnes e. O Espírito de (In)Tolerância na República Laica: um olhar na formação da(o)s aluna(o)s-mestres da Escola Normal de Pernambuco (1890-1915). Dissertação. UFPE, Recife, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. Revista Brasileira História da Educação , nº 16 jan./abr. 2008, p 65-86.